

## Comissão de Defesa do Consumidor

### **Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor da Segunda Sessão Legislativa, da Sétima Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal**

Aos 15 dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, a Comissão de Defesa do Consumidor, reuniu-se as quatorze horas, na Sala de Reuniões das Comissões para realizar a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor da Segunda Sessão Legislativa contando com a presença dos deputados Chico Vigilante, Delmasso, e Júlio César. O presidente Chico Vigilante declarou aberta a sessão, submeteu à aprovação as atas da 3ª Reunião Ordinária, realizada dia 9 de junho de 2016, aprovada sem observações. Tendo em vista que os primeiros projetos eram de autoria do deputado Chico Vigilante ele passou a Presidência ao Vice-Presidente da comissão, Deputado Delmasso, que colocou em discussão e votação o Item nº 1: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.785, de 2014, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que disponibilizam o serviço de atendimento ao consumidor – SAC – criar canal direto de comunicação gratuito por telefone com Procon/DF” com relatoria do Deputado Chico Vigilante, tendo o parecer sido aprovado por 3 votos favoráveis. Colocada em discussão e votação o Item nº 2: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 28, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “proíbe a prática comercial de renovação automática de prestação de serviços por assinatura no âmbito do Distrito Federal”, com relatoria do Deputado Chico Vigilante, tendo o parecer sido aprovado na forma do Substitutivo nº 1, de 2016, desta comissão por 3 votos favoráveis. Colocada em discussão e votação o Item nº 3: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 171, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais que especifica indicar, nos cardápios, os alimentos que contém alta concentração de sódio, e dá outras providências”, com relatoria do Deputado Chico Vigilante, tendo o parecer sido aprovado por 3 votos favoráveis. Colocada em discussão e votação o Item nº 4: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 956, de 2016, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “veda às operadoras de planos de saúde a estabelecerem critérios que dificultem ou impossibilitem a sua contratação por idosos, no âmbito do Distrito Federal”, com relatoria do Deputado Chico Vigilante, tendo o parecer sido aprovado por 3 votos favoráveis. Assume a Presidência o Deputado Chico Vigilante e é colocada em discussão e votação o Item nº 5: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 1.079, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 442, de 10 de maio de 1993”, com relatoria do deputado Cláudio Abrantes, cujo parecer, pela ausência do relator, foi lido pelo Deputado Delmasso, e aprovado por 3 votos favoráveis. A seguir é colocada em discussão e votação o Item nº 6: Discussão e votação do parecer ao Projeto de Lei nº 703, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do preço total e unitário dos produtos e do valor do desconto unitário” com relatoria do deputado Delmasso, tendo o parecer sido aprovado por 3 votos favoráveis. A seguir o deputado Júlio Cesar, propôs a inclusão do Projeto de Lei nº 1.005, de 2016, como item extrapauta, de autoria do Deputado Delmasso, que “dispõe sobre a contagem do prazo para sanar vício de produtos de que trata o § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”. Colocado em votação, com relatoria do deputado Julio Cesar, o parecer

foi aprovado por 3 votos favoráveis. A seguir foi colocada em discussão e votação, em bloco, os itens de 7 a 17: discussão e votação da Indicação nº 8.296, de 2016, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, aumento das linhas de ônibus, bem como o aumento da frota, no Setor Núcleo Rural Casa Grande – Ponte Alta/DF"; Discussão e votação da Indicação nº 8.054, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, o aumento do número de ônibus que circulam na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII"; Discussão e votação da Indicação nº 8.145, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, que "sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, o aumento do número de ônibus que circulam com itinerário Guará/Ceilândia"; Discussão e votação da Indicação nº 8.171, de 2016, de autoria do Deputado Joe Valle, que "sugere ao Chefe do Executivo providenciar, junto à Secretaria de Estado de Transportes, no sentido de promover o aumento do número de ônibus e ampliação dos honorários das linhas de ônibus que circulam na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV"; Discussão e votação da Indicação nº 7.960, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade Urbana do Distrito Federal, o aumento da frota de ônibus que circula em Brazlândia, na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV"; Discussão e votação da Indicação nº 8.071, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade Urbana do Distrito Federal, o aumento da frota de ônibus que circula na Região Administrativa de Planaltina – RA VI"; Discussão e votação da Indicação nº 8.076, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade Urbana do Distrito Federal, o aumento da frota de ônibus, Linha 043, itinerário do P Sul a Vicente Pires, na Região Administrativa de Vicente Pires – RA XXX"; Discussão e votação da Indicação nº 7.900, de 2016, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio do Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans), a ampliação dos horários das linhas de ônibus com itinerário de circulares ao condomínio Total Ville, Expansão Norte e Sul de Santa Maria, Santos Dumont, Porto Rico e Polo JK (RA XIII)"; Discussão e votação da Indicação nº 7.795, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade, a implantação de um transporte circular visando à integração das quadras da área vertical com o metrô, bem como de uma linha circular interligando as regiões de Águas Claras do Areal, de Arniqueira, da ADE e da área vertical da cidade"; Discussão e votação da Indicação nº 7.807, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do DFTrans, a criação de novas linhas de ônibus em Arniqueira – DF"; Discussão e votação da Indicação nº 7.791, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "sugere ao Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB, a implantação e/ou revitalização de paradas de ônibus (abrigos) ao longo do Pistão Sul, na Região Administrativa de Taguatinga RA – III". As indicações foram aprovadas em bloco, por 3 votos favoráveis. A seguir foi realizado o sorteio da relatoria de sete projetos: Projeto de Lei nº 1.265, de 2012: relatoria do Deputado Delmasso;

Projeto de Lei nº 502, de 2015, de autoria do ex-Deputado Dr. Michel: relatoria do Deputado Chico Vigilante; Projeto de Lei nº 1.006, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, relatoria Deputado Raimundo Ribeiro; Projeto de Lei nº 1.152, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, relatoria do Deputado Cláudio Abrantes; Projeto de Lei nº 1.203, de 2016, de autoria do Deputado Julio Cesar, relatoria do Deputado Delmasso. Projeto de Lei nº 1.209, de 2016, de autoria do deputado Julio Cesar, relatoria do Deputado Delmasso; Projeto de Lei nº 1.219, de 2016, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, relatoria do Deputado Julio Cesar. O Deputado Chico Vigilante convocou nova reunião para quinta-feira, dia 29/09, às 14h e declarou encerrada a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor às 14h20min. Eu, Jeansley Lima, Secretário da Comissão de Defesa do Consumidor, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Senhor Presidente.

  
**DEPUTADO CHICO VIGILANTE**

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

**RESULTADO DA PAUTA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

<b>Local:</b>	<b>Sala de Reunião das Comissões</b>	
<b>Data:</b>	<b>Realizada em 27 de outubro de 2016, às 14h.</b>	
<b>I - EXPEDIENTES</b>		
1. Leitura e aprovação da Ata: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em: 15/09/2016</li> </ul>		
<b>Resultado:</b>	<b>Aprovada</b>	
<b>II –</b>		
<b>Matérias para discussão e votação:</b>		
1.	<b>Projeto de Lei nº 597/2015</b> , de autoria do(a) <b>Deputado(a) Joe Valle</b> , altera a Lei nº 1254 de 08 de novembro de 1996, que "dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências."	
	<b>Relatoria</b>	Deputado Chico Vigilante
	<b>Parecer:</b>	Pela aprovação do projeto.